



DEMANDAS INSTITUCIONAIS E RESPOSTAS PROFISSIONAIS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: NOVAS APROXIMAÇÕES

Institutional demands and professional answers in the sistema único de assistência social: new approximations

José Whellison Brito dos Santos*
Sheyla Suely Souza Silva**

RESUMO

O artigo ora apresentado trata sobre o trabalho do assistente social na particularidade de sua inserção na Política de Assistência Social brasileira, especificamente nas configurações estabelecidas no município de Campina Grande – PB. As análises aqui expostas resultam de uma trajetória de aproximações sucessivas, desenvolvidas através de pesquisas documentais e de campo, que teve como objetivo analisar como os processos de transformações societárias ocorridos nas últimas décadas no Brasil - em principal, a ampliação da Política De Assistência Social e a criação do SUAS - incidem sobre as demandas institucionais e respostas profissionais do assistente social. Em síntese, os resultados encontrados demonstram uma tendência de burocratização do trabalho do assistente social, do redimensionamento de requisições e competências profissionais, bem como severas limitações impostas à construção de respostas profissionais, pela precarização das configurações de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Assistência Social. Serviço Social. Demandas Institucionais. Respostas Profissionais. Burocratização.

ABSTRACT

The article presented here deals with the social worker labor in the particularity of its insertion on the Brazilian social work policy, specifically at configurations established in the municipality of Campina Grande - PB. The analyzes here exposed are resultant from a successive approximations trajectory, developed through documental and field research, which had as objective to analyze how societal transformations occurred during the last decades in Brazil – mainly, the widening of the Social Service and the creation of SUAS – rebound over institutional demands and professional answers made by the social worker. Summarizing, the results demonstrate a tendency towards bureaucratization of the labor of the social worker, the resizing of requisitions and professional competences, as well as several limitations imposed to the construction of professional answers, though precarization of labor configurations.

KEYWORDS

Social Service. Institutional Demands. Professional Answers. Burocratization.

* Assistente Social, Professor do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão, graduado e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: <josewhellison@gmail.com>.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Doutora da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Rua Baraúnas, 351, bairro Universitário, Campina Grande (PB), CEP.: 58429-500. E-mail: <sheylasuelyss@hotmail.com>.

DOI 10.22422/temporalis.2018v18n36p306-319



INTRODUÇÃO

O debate sobre a particularidade do trabalho do assistente social na Política de Assistência Social brasileira conta hoje com um importante adensamento de diversas produções sobre a temática que, na área de produção do conhecimento do serviço social, constituem uma ferramenta crucial para compreensão das determinações conjunturais sobre o trabalho do assistente social. Destaca-se que tal adensamento corresponde ao compromisso teórico-político assumido pelo serviço social brasileiro de compreensão da realidade social e da própria profissão, a partir da teoria social crítica – não eliminados os tensionamentos que marcam este processo, inclusive na produção do conhecimento.

O movimento histórico no qual se centra a caracterização da assistência social como política pública no final do século XX reconfigura-se no início do século XXI, a partir do fortalecimento do neoliberalismo e de sua variação social-liberalista no modelo de Estado brasileiro – ampliando a referida política pública, dando a ela uma posição contraditória na particularidade da produção e reprodução social do capitalismo no Brasil. Não encerrando tal contradição, este processo trouxe diversas implicações para o trabalho do assistente social, especialmente a parcela do corpo profissional vinculada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), espaço sócio-ocupacional responsável por uma ampliação exponencial dos postos no mercado de trabalho, como demonstram pesquisas que analisam tal relação entre a expansão desta política pública e a expansão do mercado de trabalho profissional¹.

No entanto, tal expansão do mercado de trabalho do assistente social na Política de Assistência Social não ocorreu sem problemáticas, uma vez que as determinações postas pelas formas de objetivação desta Política, oriundas da própria lógica de funcionamento do aparelho de Estado e das características do trabalho na contemporaneidade, impulsionaram a precarização das relações de trabalho dos assistentes sociais neste espaço ocupacional. Junto a isso, trouxeram tensionamentos ao conteúdo do trabalho profissional, expressos sobremaneira na burocratização do trabalho – o que tem concentrado as atividades profissionais em questões relacionadas a problemáticas burocráticas pertinentes aos benefícios e programas dessa política pública, fortalecendo ações profissionais pragmáticas e centradas em uma razão instrumental, como identificamos nos resultados da pesquisa ora apresentada.

Na tentativa de compreensão dos elementos que compõem a relação entre serviço social e assistência social na conjuntura brasileira das últimas três décadas, tomamos como foco analítico as demandas institucionais e respostas profissionais dos assistentes sociais vinculados ao SUAS – diante das atuais demandas institucionais dirigidas à profissão, tendo em vista as demandas e necessidades sociais das quais derivam e suas formas de institucionalização pelo Estado, bem como as respostas profissionais desenvolvidas pelos

¹ Os dados a respeito da ampliação do mercado de trabalho do assistente social na política de assistência social são bastante expressivos. De acordo com o SensoSUAS, produção do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sobre o desenvolvimento de diversas características que compõem a implementação do SUAS realizada a cada biênio, há um progressivo aumento dos postos de trabalho do assistente social neste espaço ao longo dos últimos anos (BRASIL, 2014).

assistentes sociais, operadas diante das determinações sociais próprias da conjuntura estabelecida e de elementos que compõem hoje a cultura profissional.

A pesquisa, de cunho documental e empírico, foi realizada no período de 2014 a 2016, junto aos assistentes sociais inseridos nos CRAS² do município de Campina Grande (PB)³. Os dados que fundamentam as análises aqui expostas foram oriundos da aplicação de formulário e de realização de entrevista semiestruturada junto a estes profissionais, bem como, a análise de alguns dos principais documentos que normatizam o trabalho profissional neste espaço sócio-ocupacional, oriundos do próprio Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Na sistematização da análise, as ações profissionais do assistente social foram distribuídas em dois níveis de desenvolvimento: campo de ações de ordem particular; campo de ações de ordem coletiva. O primeiro campo corresponde ao conjunto de ações profissionais com foco em problemáticas singulares de indivíduos e famílias referentes a questões burocráticas da própria política de assistência social, tais como benefícios e programas. Já o segundo campo diz respeito a ações profissionais de caráter mais coletivo, envolvendo grupos de sujeitos, na prestação de serviços socioassistenciais que propiciam intervenção direta, de maior abrangência junto a famílias e comunidade⁴.

O estudo ora apresentado é resultante de pesquisas sobre a particularidade do trabalho do assistente social na Política de Assistência Social brasileira, desenvolvidas junto ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Precisamente, tratamos aqui dos resultados da dissertação de mestrado “O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): demandas institucionais e respostas profissionais” (SANTOS, 2016)⁵, que tomou como foco analítico as demandas institucionais

²É necessário esclarecermos que, segundo o marco regulatório vigente, a Política de Assistência Social oferece dois níveis de proteção social: a **Proteção Social Básica** (PSB), efetuada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), cujo foco de atuação reside na prevenção das violações de direitos entre indivíduos e famílias que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade social, através do fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários; e a **Proteção Social Especial** (PSE), a qual, por sua vez, se escalona em dois níveis de atenção: a de **média complexidade**, efetuada pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), junto aos indivíduos e famílias cujos direitos já foram violados, mas, cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se preservados e a atenção de **alta complexidade**, destinada àqueles indivíduos e, ou famílias que, além de seus direitos violados, também tiveram rompidos os seus vínculos familiares e, ou comunitários. Atuam neste nível de atenção as instituições que garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido; a exemplo das casas lar, repúblicas, abrigos etc.

³ Diante da natureza da pesquisa e do tempo disponível para sua execução foi realizada uma amostra de tipo intencional, que forneceu um grupo de quatro assistente sociais pesquisados, vinculados a quatro CRAS distintos, situados no município de Campina Grande – PB. A amostra de tipo intencional possuiu como critérios de seleção específicos dos profissionais: assumir apenas a função de assistente social, não estando atrelada à função de coordenador; assistentes sociais com maior tempo de vinculação à unidade do CRAS; assistentes sociais vinculados aos CRAS criados entre os anos de 2004 e 2006.

⁴ Lembramos ao leitor que esta divisão não é algo preconizado pela Política de Assistência Social em seus documentos legais, nem trata-se de uma cisão da unidade do trabalho profissional, sendo aqui realizada enquanto sistematização da análise dos dados coletados, para compreensão das formas apresentadas pela essência do objeto de estudo. Uma sistematização similar de divisão entre ações profissionais de caráter individual e coletivo é encontrada em Trindade (2013).

⁵ Esta pesquisa, por envolver sujeitos humanos, foi realizada a partir dos critérios estabelecidos pela Declaração de Helsinki de 1983 e pelas Resoluções nº 251/1997 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde

e respostas profissionais neste espaço ocupacional e como *lócus* de pesquisa o município de Campina Grande (PB)⁶.

Desta forma, estruturamos o texto, inicialmente, situando o objeto de pesquisa no conjunto de relações sociais que o envolvem, observando o papel assumido pela Política de Assistência Social no Brasil no contexto do ciclo social-liberalista, tomando como foco seu processo de expansão e a posição contraditória que assume diante das prerrogativas postas pela totalidade social. Posteriormente, na segunda parte do artigo, são abordadas questões inerentes à particularidade do trabalho do assistente social na Política de Assistência Social, com destaque para a característica de precarização do trabalho e tendência à burocratização, tendo como foco os dados encontrados acerca das demandas institucionais e respostas profissionais na realidade estudada.

HEGEMONIA BURGUESA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Os elementos macroestruturais dos quais derivam o conjunto de fenômenos relacionados ao nosso objeto de pesquisa forjam-se na crise estrutural capitalista (MÉSZÁROS, 2009)⁷, iniciada na década de 1970. A sociabilidade capitalista, na busca por perpetuar seu processo de produção e reprodução social na segunda metade do século XX, aprimora suas formas de acumulação e exploração. Na análise de Harvey (1994), a nova reestruturação produtiva “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo [...]” (HARVEY, 1994, p. 140), apoiando-se na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 1994, p. 140). Para legitimação de tal processo, é constituída uma ideologia própria, que fundamenta as novas diretrizes traçadas, o neoliberalismo, elemento constitutivo do momento histórico de crise estrutural, substanciado por um conjunto de medidas econômicas e sociais, retomando pressupostos cruciais do liberalismo clássico, como a primazia do mercado enquanto regulador das relações sociais (ANDERSON, 1995)⁸.

Ao término da década de 1990 e início do novo século, o neoliberalismo passa por alterações para corresponder às consequências que as estratégias de saída da crise geraram, constituindo, então, o denominado social-liberalismo, que configura-se como uma restauração do neoliberalismo, entendido como uma terceira via, pós Consenso de

– CNS, tendo autorização de execução aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), CAAE 51270615.7.0000.5187, Parecer Relator 19.

⁶ A versão integral da dissertação se encontra disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Estadual da Paraíba, disponível SANTOS, J. W. B. **O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): demandas institucionais e respostas profissionais**. S237t. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2893>>.

⁷ Para Mézáros (2009) a crise possui caráter estrutural e distingue-se pelo seu alcance universal, abrangendo todos os países, sua escala de tempo extensa e contínua, sua incidência em todas as esferas da vida social, diferentemente de outras crises cíclicas. Posto que, o sistema de controle sociometabólico do capitalismo passa a ter bruscas disfunções nas suas esferas de produção/controlado, produção/consumo e produção/circulação, dificultando suas possibilidades de autoajustar-se, diferentemente de outras crises cíclicas, como a de 1929 (MÉSZÁROS, 2009).

⁸ Essa estratégia, apesar de começar a ser colocada em prática no final da década de 1970, possui inspirações em 1944, quando Friedrich Hayek publica seu livro *O Caminho da Servidão*, conduzindo o primeiro ataque à social-democracia, que passava a se instaurar na Inglaterra.

Washington ou reformas de segunda geração (CASTELO, 2008; SILVA, 2012). Essa *nova variação ideológica* não proporciona mudanças estruturais no receituário pré-estabelecido para as possíveis saídas neoliberais da crise, já que, para os neoliberais, “[...] não foi erro na prescrição do remédio, mas na sua baixa dosagem” (CASTELO, 2008, p. 244).

Neste sentido, “[...] seria preciso remover tais barreiras e promover um aprofundamento das medidas liberalizantes, dando ênfase aos mecanismos de mercado na produção da riqueza” (CASTELO, 2008, p. 244) ao passo em que “[...] passaria a reconhecer suas falhas no tocante à distribuição de renda, além dos problemas ambientais” (CASTELO, 2008, p. 244).

O Brasil, na sua condição de país periférico, a partir da década de 1990, incorpora as ideias neoliberais e, ao longo dos anos 2000, as restaura dentro de uma perspectiva social-liberalista⁹. Com a ascensão do Governo Lula ao poder (2004-2010), e especialmente a partir de seu segundo mandato, a particularidade brasileira passou a adotar, pelo menos no discurso programático de governo, uma perspectiva neodesenvolvimentista. Como seu próprio nome sugere, esta perspectiva esteve assentada no nacional desenvolvimentismo, já anteriormente proposto no país, que pode ser referido como “[...] o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo [...]” (GONÇALVES, 2014, p. 1), em outros termos, “[...] a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina [...] no período 1930-80” (GONÇALVES, 2014, p. 1).

No entanto, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) adotaram o discurso neodesenvolvimentista, mas suas ações políticas mostraram-se verdadeiramente social-liberalistas (CASTELO, 2013) e não ensejaram rupturas estruturais com o neoliberalismo. O incentivo à abertura econômica; o custeio do capital internacional com recursos públicos; privatizações das empresas públicas e de políticas sociais, aliadas ao mote da justiça social e da equidade (traduzido em essência no combate à pobreza absoluta), são alguns dos exemplos que Castelo (2013) usa para defender sua tese. São firmadas políticas sociais compensatórias para garantia dos mínimos sociais, em concepção mistificada sobre as

⁹Entre as rupturas e continuidades das mudanças de gestão estão também situadas as rupturas e continuidades dos modelos neoliberais e sociais-liberais no país. Para Castelo (2008, p. 343-344) “[...] não há um consenso acerca da data de desembarque do social-liberalismo no Brasil [...]”, mas na sua linha de raciocínio ela já estaria presente desde a programática política do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), mesmo que esta tese não desconsidere “[...] a força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia social-liberal”. É preciso ressaltar que, desde o término de seu primeiro mandato, o Governo Dilma dava sinais de esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista/social-liberalista no Brasil, retomando medidas severas de cunho neoliberal ortodoxo. A seguir, a partir de dezembro de 2015, o Governo Dilma sofreu um processo de *impeachment* e o Vice Presidente Michel Temer assumiu o poder (interinamente, a partir de maio de 2016, e definitivamente a partir de agosto daquele ano), passando a implementar – de forma rígida e célere – as contrarreformas neoliberais ortodoxas renunciadas por seu partido (PMDB) no documento *Uma Ponte para o Futuro*, de outubro de 2015, as quais expressam, a nosso ver, o colapso definitivo do social-liberalismo e do neodesenvolvimentismo no Brasil.

causas do pauperismo e reduzindo a questão social ao problema da pobreza, absoluta, destaque-se (CASTELO, 2013)¹⁰.

Um dos pilares do novo arranjo do desenvolvimento capitalista no país trata-se da conjugação entre política econômica e política social. Mota et al. (2012), ao analisarem a particularidade das políticas sociais nesse processo, afirmam que a mudança ocorreu pela “[...] criação de outros meios de enfrentamento da pobreza através de políticas de inclusão, por cotas ou de mínimos sociais” (MOTA et al. 2012, p. 163). Aprimora-se a perspectiva neoliberal, agora reajustada em definição social-liberal, dentro de uma perspectiva (neo)Keynesiana, não nos moldes já vistos no *Welfare State*, mas sim na sua redução à garantia dos mínimos sociais.

Analisando exclusivamente a Política de Assistência Social, é notória sua ampliação. Os gastos especificamente com o Programa Bolsa Família (PBF) aumentaram progressivamente de 3,6 bilhões, em 2003, para 14,1 bilhões, em 2014 (BRASIL, 2014). Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, que passou a ser regulamentado pela Lei 12.435, em 2011, forma-se um ampliado sistema voltado à prestação de serviços socioassistenciais, que, em números, significam 5.798 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 1.200 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os primeiros distribuídos por quase todos os municípios da Federação (BRASIL, 2014).

No campo das contradições em que se apresenta a Política de Assistência Social, o que podemos observar é que, diante da perspectiva social-liberal adotada, a sua expansão – especificamente representada pela institucionalização do SUAS e ampliação do PBF – primeiro, não foi acompanhada de uma expansão das demais políticas sociais que compõem o sistema de seguridade social brasileiro e, segundo – em que pese a importância de sua ampliação como um avanço no processo de consolidação do seu caráter de política pública – o modelo consolidado da Política de Assistência Social, pautado na ampliação das transferências de renda, priorizou o provimento do aumento da capacidade de consumo de segmentos extremamente pauperizados da população, em detrimento da ampla oferta de serviços socioassistenciais de proteção social.

Não obstante, na análise de Mota (2007, p. 129), ao invés de um amplo e articulado mecanismo de proteção social, a seguridade social passa a compor uma unidade contraditória, já que “[...] enquanto a mercantilização da saúde e da previdência precariza o acesso aos benefícios e serviços, a assistência social se amplia[...]” (MOTA, 2007, p. 129), se transformando “[...] num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social” (MOTA, 2007, p. 129). O viés assumido pela assistência social configura-se como um verdadeiro mito social, não “[...] pela sua capacidade de intervenção direta e imediata [...] que têm impactos objetivos no atendimento dos mínimos sociais de subsistência para a população pauperizada [...]” (MOTA, 2007, p. 129), mas sim pela “[...] condição ideológica e prática

¹⁰ Para Castelo (2012, p. 48) “[...] dentro da atual conjuntura brasileira, na qual o novo-desenvolvimentismo cresce relativamente em força e tamanho a partir do segundo mandato do governo Lula (2007-2010), o social-liberalismo ainda ocupa posições-chave tanto na política econômica quanto nas políticas sociais: basta ver o lema do governo Dilma – ‘Brasil, país rico é país sem pobreza’ – e o Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011 com a promessa de erradicar a pobreza absoluta que atinge 16 milhões de brasileiros (8,5% da população); tanto a propaganda oficial quanto a política pública de erradicação da miséria são ideologicamente fundamentadas nas teses típicas do social-liberalismo”.

política [...]” (MOTA, 2007, p. 129) que assume “[...] no plano superestrutural pelo pagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa têm no processo de reprodução social” (MOTA, 2007, p. 129)¹¹.

Neste sentido, de forma ampliada, se gesta uma construção de consenso entre classes na “pedagogia da hegemonia” burguesa, na qual a integração de “[...] algumas necessidades objetivas da classe trabalhadora à lógica reprodutiva [...]” (MOTA, 2010, p. 142) implica em uma despolitização da questão social que, reduzida a sinônimo de pobreza, é transmutada em “[...] objeto do direito à assistência e não ao trabalho” (MOTA, 2010, p. 142).

Não passando ilesas a este processo, as profissões sofrem consequências advindas destas determinações estruturais. Tratando especificamente do Serviço Social, estas consequências são sentidas na sua posição enquanto trabalhador assalariado e na realidade na qual intervém e se insere. Dessa forma, as transformações societárias atingem a profissão em duas frentes: pela sua condição de classe trabalhadora assalariada, diante da reestruturação produtiva que incide em suas configurações de trabalho e por seu objeto de trabalho se tratar das expressões da questão social, que, agravadas pelo esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo, têm seu trato conjugado entre a criminalização e a implementação de políticas compensatórias – a exemplo, o caso da América Latina e especialmente o Brasil (IAMAMOTO, 2012).

Iamamoto (2012) afirma que o dilema central da análise do trabalho do assistente social nos dias atuais está na tensa relação que se estabelece entre o estatuto de trabalhador assalariado e o projeto ético-político profissional; uma vez que as possibilidades objetivas da prática cotidiana que tenham por base a direção do projeto profissional – o qual “[...] afirma o assistente social como ser prático social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social [...]” (IAMMAMOTO, 2012, p. 416) – são mediadas pela posição de trabalhador assalariado, “[...] cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares [...]” (IAMMAMOTO, 2012, p. 416), sendo estes “[...] socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se” (IAMMAMOTO, 2012, p. 416).

Os contornos assumidos pela proteção social incidem diretamente nas formas de objetivação do trabalho do assistente social, nas diferentes políticas sociais às quais se vinculam e nas quais este trabalho profissional assume particularidades de intervenção. Guerra (2016, p. 99), analisando esta particularidade do trabalho assistente social na Política de Assistência Social, afirma haver a exigência de “[...] novas atribuições para o

¹¹A exemplo, o Brasil possui aproximadamente 1.701 Operadoras de Planos de Saúde que já são responsáveis pela cobertura de aproximadamente 32.074.667 usuários (ANS, 2014). Abrangendo o campo de análise e tomando como panorama todos os gastos públicos, percebemos que a maior parte dos recursos é investida no pagamento da dívida externa para custear o capital internacional. Garantida por mais uma contrarreforma constitucional, a denominada Desvinculação de Receitas da União (DRU), redirecionava, durante os governos Lula e Dilma, 20% do orçamento destinado à Seguridade Social para o pagamento de juros da dívida. Segundo alguns estudiosos desse processo “em 2008, os encargos da dívida pública consumiram R\$ 162 bilhões das receitas do Estado, representando quase dezesseis vezes o montante de recursos destinados ao Programa Bolsa Família, que foi R\$ 10,6 bilhões [...]. Entre 2000 e 2007, o Governo Federal gastou 264,24 vezes mais com juros do que gastou com habitação. A mesma relação pode ser feita tomando por base a assistência social (7,74 vezes), saúde (3,11 vezes), educação (6,53 vezes) e ciência e tecnologia (154,53 vezes)” (DAVI et al., 2010, p. 72).

exercício profissional no contexto do ‘novo’ formato das políticas sociais, cujo objetivo é a gestão dos ‘ricos sociais’” (GUERRA, 2016, p. 99). Com o objetivo de “[...] exercer controle sobre os pobres e suas demandas, ainda que de maneira indireta, formatando-as dentro do modelo da política e oferecendo respostas padronizadas” (GUERRA, 2016, p. 99).

De modo geral, neste campo de análise, mas tomando a profissão em sua totalidade, Maranhão (2016) afirma que essa tendência ao saber prático profissional, aplicável, operacionalizável, instrumentalizável, é uma questão contemporânea recorrente e uma das características do sincretismo profissional, a partir da qual a atividade profissional “[...] tem que se mostrar imediatamente eficaz e eficiente (instrumentalizável) para responder às demandas cotidianas que chegam à instituição [...]” (MARANHÃO, 2016, p. 176) e “[...] responder quase que mecanicamente aos múltiplos problemas que chegam a todo momento no local de trabalho” (MARANHÃO, 2016, p. 176).

Neste sentido, os elementos abordados a seguir sobre as demandas e respostas profissionais são problematizados à luz destas determinações do conjunto da totalidade social que tensionam as formas de processamento do trabalho do assistente social na particularidade da Política de Assistência Social.

DEMANDAS INSTITUCIONAIS E RESPOSTAS PROFISSIONAIS: NOVAS APROXIMAÇÕES AO DEBATE

As pesquisas que tratam sobre a particularidade da inserção do assistente social na Política de Assistência Social têm demonstrado uma incontestante relação entre a expansão desta política e a expansão do mercado de trabalho do assistente social (SANTOS, 2014; DAVI et al, 2015). De acordo com os últimos dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2014), os assistentes sociais representam hoje 42,41% dos técnicos de nível superior vinculados ao SUAS, 43,12% nas equipes do CRAS e 40,28% nas equipes do CREAS, portanto, uma das principais categorias profissionais que compõem o Sistema¹².

No entanto, esta inserção tem sido marcada pelo traço da precarização do trabalho. Em nossa primeira aproximação com a realidade aqui analisada, nos debruçamos sobre as configurações de trabalho dos assistentes sociais paraibanos, e evidenciou-se que 84,8% dos assistentes sociais inseridos no SUAS possuíam vinculação temporária de trabalho, destacando-se que, na capital João Pessoa, este número chegava a 89%, além do percentual de 86,46% daqueles profissionais com remuneração salarial mensal de menos de dois salários mínimos (DAVI et al, 2015). Acrescido a isto, temos um número de 30,21% de assistentes sociais que possuíam dupla vinculação, muitas vezes em políticas sociais distintas. Cabendo ainda destacar que foi encontrado um elevado nível de rotatividade no município de João Pessoa, pois, entre os anos de 2011 e 2012, 52,63% dos assistentes sociais pesquisados foram contratados para ocupar postos de trabalho já existentes (DAVI et al, *op. cit.*). Esta tendência de precarização do trabalho do assistente social na Política de

¹² Ao longo da história da construção da Política de Assistência Social – passando pela formulação da Lei Orgânica de Assistência Social, em 1993, e pela criação do SUAS, em 2004, dentre outros momentos, nos quais a participação dos assistentes sociais foi decisiva –, os assistentes sociais vincularam-se à esfera governamental em seus mais diferenciados níveis, tanto na elaboração e planejamento quanto na objetivação da política.

Assistência Social é reafirmada, dentre outros, pelos estudos de Raichelis (2010) e Santos (2014), contemplando, respectivamente, tanto a realidade de outros estados, quanto o contexto nacional.

As pesquisas sobre as configurações de trabalho contribuem para a construção do conhecimento em torno da particularidade da intervenção profissional na Política de Assistência Social, transcendendo a aparência unilateral do fenômeno da expansão do mercado de trabalho, demonstrando que o seu processamento encerra algumas contradições. No entanto, encontra-se um espectro ainda nebuloso sobre o estudo das consequências deste processo em outros aspectos do trabalho do assistente social, com os quais nosso trabalho pretende contribuir.

Os resultados identificados na pesquisa ora apresentada partem da forma já exposta na introdução desse artigo de sistematização da análise dos dados identificados sobre as demandas e respostas profissionais no trabalho do assistente social no espaço do CRAS.

No tocante ao campo de ações de ordem particular, os assistentes sociais referiram uma média de sete visitas domiciliares e quatorze atendimentos domiciliares realizados semanalmente. Por meio de um desdobramento do próprio contexto institucional do CRAS, o conteúdo destas ações é definido pela busca de resolutividade a problemáticas, envolvendo indivíduos particulares ou famílias, referentes a benefícios e programas da própria Política de Assistência Social, igualmente, em relação a questões que requerem mediação com outras políticas sociais ou com o nível de proteção social especial do próprio SUAS, como elucidam os trechos extraídos das entrevistas expostos a seguir.

A procura de encaminhamentos, bolsa família [...] alugueis de casas, acho que são a maior procura (AS 01)

Com relação a benefício eventual, também com relação a cadastro, atualização cadastral do bolsa família, nos procuram bastante, e quando a gente faz a visita domiciliar a gente também faz por decorrência de encaminhamentos do conselho tutelar, do ministério público, das outras instituições, quando a gente faz as parcerias saúde, educação, né, habitação também nos procuram (AS 03).

Em uma correspondência ao formato das demandas institucionais com mais recorrência no espaço do CRAS, os profissionais pesquisados afirmaram que os instrumentos de trabalho mais frequentemente utilizados na construção de respostas profissionais são: fichas de encaminhamento; fichas cadastrais; entrevistas; visitas domiciliares; relatório de atividades; parecer social; o prontuário SUAS; acolhimento; escuta.

Esses mesmos instrumentos de trabalho mencionados pelos assistentes sociais pesquisadas, majoritariamente, são agrupados na pesquisa de Trindade (2013) como aqueles respectivos a ações profissionais, procedimentos e instrumentos de caráter individual para o atendimento direto aos usuários dos serviços sociais, no processo de construção de respostas profissionais do assistente social em diferentes espaços sócio-ocupacionais. No caso dos dados coletados, tais instrumentos demonstram uma correspondência aos meios pelos quais são construídas respostas profissionais para as demandas institucionais de cunho majoritariamente burocrático no espaço do CRAS.

Neste sentido, identificou-se que este campo de ações de ordem particular, é o que apresenta maior recorrência de demandas institucionais e respostas profissionais para o trabalho do assistente social no espaço do CRAS. A partir desta lógica, a tendência de burocratização das demandas institucionais e respostas profissionais é identificada como consequência da própria lógica de assistencialização¹³ da proteção social (MOTA, 2010). As configurações assumidas pela Política de Assistência Social na contemporaneidade inflexionam o trabalho do assistente social, dirigindo-o ao campo da burocratização de suas ações - prioridade dada ao PBF e aos benefícios assistências, em detrimento dos serviços socioassistenciais. Mobilizam-se instrumentos e competências profissionais em torno de uma competência técnica focada na operação gerencial da Política e das demandas apresentadas pelos usuários, ou seja, da razão instrumental da realidade social presente na própria Política.

Os dados também demonstraram que o conjunto de demandas institucionais no espaço do CRAS redimensiona requisitos e competências profissionais; posto que a generalização do perfil profissional definido pela Política de Assistência Social em suas normatizações¹⁴ é contrariada pela divisão interna do trabalho no CRAS, pois, evidenciou-se um direcionamento de atividades a serem desempenhadas prioritária/exclusivamente pelo assistente social, conforme bem ilustra a fala destacada a seguir:

[...] toda a demanda que a gente recebe [...] há especificidade voltada para o profissional do serviço social (...) os pareceres sociais são com a gente, [...] o diagnóstico socioeconômico, geralmente é a gente que faz, é específico do assistente social, o prontuário SUAS (AS 03).

Neste sentido, as respostas profissionais sofrem condicionamentos da forma de organização do trabalho no CRAS. Apesar da polivalência projetada para realização das atividades nos documentos que normatizam a Política, no processamento institucional acaba havendo uma partilha de funções diante das demandas institucionais apresentadas. Esta divisão acaba dirigindo ao assistente social, prioritariamente, rotinas burocráticas, terminando por conduzir as respostas profissionais ao próprio fazer burocrático; enquanto marginalizam-se requisitos e competências de cunho mais coletivo.

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, em principal a municipalização, como é o caso da criação e implementação do SUAS em todo o território nacional, “[...] requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas

¹³A assistencialização da proteção social corresponde ao movimento de expansão da Política de Assistência Social acompanhado pelo processo de privatização das políticas de Saúde e Previdência Social, nos termos adotados por Mota (2010), abordado na primeira parte desse texto.

¹⁴ Em suas “Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” (BRASIL, 2009), a Política de Assistência Social define o assistente social como profissional correspondente ao perfil geral delineado para a função de técnico de nível superior, função que pode também ser desempenhada pelo psicólogo e outros profissionais que compõem o quadro de profissões do SUAS para esta função, desempenhando competências empregadas a quaisquer outros profissionais definidos pelo seu quadro. A generalização do perfil pode representar riscos, já que esta pressupõe uma fácil equivalência de profissionais para o posto de trabalho ocupado, típica da polivalência e da fluidez imposta ao trabalhador pela flexibilidade da atual morfologia do trabalho – uma incorporação dos novos princípios de eficiência pelo aparelho público, de abertura de postos de trabalho com amplo leque de funções, nas quais é possível inserir diferentes profissionais.

funções e competências” (IAMAMOTO, 2011, p. 60). Neste sentido, nossa pesquisa sinaliza que as demandas institucionais parecem redimensionar requisições e competências profissionais para o assistente social, como é caso das atividades burocráticas, na medida em que é identificado como profissional prioritário ou exclusivo na capaz de respondê-las.

Constatou-se ainda uma determinação da precarização das configurações de trabalho do assistente social na construção de repostas profissionais. Tornou-se perceptível nos dados coletados que as condições de trabalho no SUAS são uma verdadeira ferida aberta – a forma como a Política de Assistência Social tem sido objetivada, está aquém do preconizado em suas regulamentações. As garantias estabelecidas pela Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOBRH/SUAS) de 2011 – como a vinculação estável de trabalho na contratação de trabalhadores estatutários por meio do concurso público e outros direitos daí subsequentes, tais como o Plano de Cargo Carreira e Salários (PCCS) e a garantia do processo continuado de capacitação profissional – são atravancados pela manutenção da flexibilização da força-de-trabalho empregada. Além disso, a realidade identificada desrespeita as garantias de condições éticas e técnicas de trabalho previstas na Resolução Nº 493, de agosto de 2006 do CFESS. Denota-se uma tendência há muito elucidada: o trabalho na Política de Assistência Social tornou-se sinônimo de precarização.

Ainda sobre esta determinação, identificou-se um conjunto de relatos sobre precarização do trabalho e sua inflexão na construção das repostas profissionais. Trata-se de um arsenal de denúncias sobre indignas condições éticas e técnicas de trabalho, às quais as assistentes sociais estão submetidas na Política de Assistência Social, tornando-se até alarmante os relatos coletados. Dentre as suas consequências, destacou-se um verdadeiro cerceamento da liberdade de expressão e reinvidicação por uma subjugação a um vínculo instável de trabalho – a flexibilização do trabalho circunscreve uma perversa situação que submete os profissionais a uma espécie de poder incontestável do seu empregador. Foi unanime nos dados coletados a posição dos profissionais de que a construção de repostas profissionais sofre inflexões das limitações impostas pelo contexto institucional, sobre o que destacamos a declaração a seguir.

O que há de mais desumano na nossa atuação é o direito à democracia que nos é podado, nem tudo que a gente sabe a gente pode expor, pela condição de contrato que a gente trabalha [...] a gente fica numa linha muito tênue, se a gente vê a situação, relata e encaminha, muitas vezes a resposta não é atendida [...] a gente trabalha muito no improviso (AS 03).

Em uma lógica desproporcional, a dinâmica institucional do CRAS realiza o direcionamento de demandas institucionais ao assistente social, mas retrai-se na oferta de subsídios necessários à construção de repostas profissionais. Demonstra-se uma problemática determinação das configurações de trabalho nas repostas profissionais, podendo implicar na desqualificação das repostas e na retração das potencialidades do fazer profissional, como demonstra a fala que destacamos a seguir:

Muitas vezes, a gente se sente impotente, por que você sabe que as condições de trabalho pra você oferecer ao usuário [...] a falta de fazer um trabalho melhor e desenvolver esse trabalho por conta desta falta quase de tudo [...] Você se arranja com o que tem (AS 01).

Neste caso, na tensão entre o projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado, apresentam-se os limites impostos por esta tensão à relativa autonomia profissional. Para Iamamoto (2011), “[...] os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado, incidem no trabalho do assistente social com matizes distintos nos vários espaços ocupacionais [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 16), configurando-se como dependentes do conjunto de relações sociais em que se situam “[...] e ecoam na concretização da autonomia profissional” (IAMAMOTO, 2011, p. 16). Neste sentido, o processo de precarização das relações de trabalho do assistente social tem se consolidado como barreira à objetivação do alargamento da autonomia profissional, chegando até mesmo a retrai-la.

As tendências gerais acima expostas, resultantes dos estudos realizados em nossa pesquisa de mestrado, como já mencionado, ratificam características latentes como a precarização do trabalho do assistente social nesse espaço ocupacional, ao passo em que transcendem a sua mera constatação, na medida em que nossos estudos também se debruçam sobre suas consequências para o conteúdo das respostas profissionais, bem como, salientam um novo elemento de análise, a burocratização, como forma de direcionamento dado ao trabalho profissional nessa política pública, tensionando a profissão na direção de conformação da hegemonia burguesa e de sua razão instrumental.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A pesquisa analisou como os processos de transformações societárias das últimas décadas na sociedade brasileira, especialmente o processo de ampliação da Política de Assistência Social e a criação do SUAS incidem nas demandas institucionais e respostas profissionais do assistente social. Neste sentido, traçamos um percurso teórico que nos possibilitou entender alguns dos fundamentos mais gerais do fenômeno estudado e as formas como este tem se manifestado em sua particularidade, no município de Campina Grande (PB).

Ao tomar este norte de análise, a pesquisa compreende dois elementos cruciais do estudo sobre o trabalho profissional em geral e em suas particularidades. Uma vez que se torna possível a identificação do conjunto de requisitos e competências profissionais dirigidos ao assistente social em seu espaço de trabalho, por meio das demandas institucionais e das formas como o serviço social tem elaborado sua intervenção diante das requisitos e competências postas, por meio das respostas profissionais.

Diante disto, apreendemos que a expansão do mercado de trabalho profissional na Política de Assistência Social é composta por diversos determinantes e elementos, dos quais identificamos – quanto às demandas institucionais e respostas profissionais do assistente social no espaço do CRAS – uma nítida tendência à burocratização e severas limitações impostas à construção de respostas profissionais pela precarização das relações de trabalho. Ademais, credita-se o conjunto destas tendências encontradas à lógica neoliberal de viés social-liberalista impregnada à Política de Assistência Social, durante os governos neodesenvolvimentistas.

Numa tentativa de síntese desta aproximação com o objeto de estudo, a expansão do mercado de trabalho profissional na Política de Assistência Social é composta por múltiplos

elementos e determinações sobre o trabalho do assistente social. Longe de termos esgotado a compreensão de toda a configuração que compõe o movimento do fenômeno estudado, esperamos ter contribuído com o desvelamento de alguns dos elementos nele presentes.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: ANDERSON, P. **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOSCHETTI, I. O trabalho do Assistente Social no SUAS. In: SEMINÁRIO NACIONAL, O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS, 2011, Brasília (DF), **Anais...**, Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Senso SUAS**. Brasília (DF), 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Plano Brasil Sem Miséria: resultados três anos**. Brasília (DF), 2015.

CASTELO, R. **Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avestas. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 31, p. 5-30, fev. 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/260220162201_Texto3Reinaldoseminario.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

DAVI, J. P. et al. A seguridade social em tempos de crise do capital: o desmonte do orçamento. **Revista Ser Social**, Brasília (DF), v. 12, n. 26, 2010.

DAVI, J. P. et al. Expansão e precarização do mercado de trabalho do assistente social no setor público: a particularidade da inserção do SUAS na Paraíba. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISTAS (EPMARX), 2015, Campina Grande, **Anais...**, Campina Grande, 2015.

GUERRA, Y. Transformações societárias, serviço social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. **Cenários, contradições e pejejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaço ocupacional e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho. São Paulo: Cortez, 2012.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: serviço social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. *Em Pauta*, n. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional dos assistentes sociais e as condições de trabalho no SUAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, J. W. B. **O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**: demandas institucionais e respostas profissionais. S237t. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2016. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2893>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SANTOS, M. B. J. A expansão e interiorização das competências profissionais na política de assistência social do Rio Grande do Norte. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. **Serviço social Brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelejas e desafios. Recife: UFPE, 2014.

SILVA, S. S. S. **Entre a expansão do capital e a proteção ao trabalho**: contradições da assistência social brasileira no governo neodesenvolvimentista. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

TRINDADE, R. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: GUERRA, Y.; FORTI, V. **A dimensão técnico operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2013.